



## MOÇÃO

Contra o despedimento coletivo  
na Parque Expo!

Considerando que:

1. A Parque Expo (PE) foi criada para garantir a construção da Expo 98 e o projeto imobiliário que lhe sucedeu. Mas, ao contrário do que prometia, a Expo não se pagou, a si própria, ao contrário do que prometia.
2. Após a realização da Expo 98 a PE acabou por adquirir novas funções: os planos Polis e vários projetos de requalificação. 10 operações deste género permitiram-lhe encaixar 85 milhões de euros. E, em 2004, já tinha conseguido uma receita de 885 milhões. Mesmo isto, e contando com a operação imobiliária na Expo, não foi o suficiente para pagar o investimento até então realizado. Como uma parte razoável do financiamento foi conseguido com recurso a empréstimos bancários e os juros aumentaram o prejuízo acumulado mantinha-se.
3. A aposta passou a ser na reabilitação urbana integrada, sem limites geográficos, incluindo intervenções em centros históricos, valorização do património do Estado, requalificação de áreas ambientalmente sensíveis e planeamento de novos territórios urbanos. Ganharam experiência e deram um novo salto, internacionalizando-se e abrindo escritórios na Argélia, Marrocos, Angola, Sérvia e Cabo Verde, com vários projetos nestes países. A PE transformou-se numa empresa de referência na concepção e gestão de intervenções urbanísticas.
4. A PE chegou ao fim do primeiro semestre de 2011 com vinte mil milhões de euros de projetos em curso. Mais importante: com muitas propostas para novos projetos internacionais em negociação, num total de 32 milhões de euros. Graças a esta estratégia, a PE passou de um endividamento de 1.332 milhões de euros, em 1998, para um endividamento de 225 milhões, em 2010, e de 185 milhões em meados de 2011.
5. O anúncio da **extinção da Parque Expo** pela ministra **Assunção Cristas** deixava perceber que não sabia muito bem o que estava a fazer e ia contra a corrente da recuperação da empresa, **cobrando as suas dívidas do passado**, no preciso momento em que isso está a acontecer. Em vez disso, vende-se património para pagar dívidas **ou faz-se concessão de terrenos para instalar-se um parque de estacionamento quando ele já estava destinado à construção da 2.ª fase da construção da Escola Básica do Parque das Nações.**
6. No entanto, **a Parque Expo continua a existir. Os seus funcionários estão lá, embora com**

menos 30 trabalhadores, desde Maio de 2013 (em que a CML deveria ter absorvido esses trabalhadores).

7. **O Conselho de Administração transformou-se em Comissão Liquidatária e uma nova intenção de despedimentos coletivos é já anunciada, envolvendo mais dez trabalhadores num momento em que estão proibidos de aceitar novos contratos.** Só mesmo os que estão em curso continuam. Mais de **30 milhões de euros estão suspensos** porque a ministra não deixa aceitar novos projetos, independentemente dos prazos de conclusão. E continuam a chegar à empresa, mesmo depois do anúncio da extinção, mais pedidos, sem que seja rentabilizado o investimento já feito.
8. **O Estado a perder milhões por causa da extinção, com o perdão de algumas dívidas de autarquias e de venda do património, nomeadamente o Pavilhão Atlântico, ao desbarato, sem concurso público. Tudo isto parece anedótico. Assim se desperdiça o dinheiro e o capital humano em Portugal.**

Assim, o Bloco de Esquerda propõe que na Assembleia Municipal de Lisboa na sua reunião no dia 17 de novembro de 2015, decida:

1. **Repudiar mais um anunciado despedimento coletivo de 10 trabalhadores;**
2. **Estudar com o Estado Central o futuro do Parque Expo, do seu património e dos seus trabalhadores;**
3. **Que a mesma seja remetida após votação para: os Grupos parlamentares da AR, CGTP e UGT e para os órgãos de comunicação social.**

Lisboa, 17 de Novembro de 2015

P' Bloco de Esquerda,



Ricardo Robles